

INSTRUMENTOS POTENCIALIZADORES DA AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Jeane Santos Silva^{*1*}

Paulo Alves de Araújo^{2**}

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a perspectiva da avaliação para as aprendizagens no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As reflexões sobre essa temática buscam contribuir significativamente para a qualificação das práticas avaliativas no contexto da EPT, direcionando olhares para uma abordagem mais humanizada do processo avaliativo e coerente ao projeto de escola pública que busca abarcar todos os sujeitos no processo educativo. A pesquisa tem como objetivo discutir as possibilidades de uso de instrumentos avaliativos que podem potencializar a avaliação formativa no âmbito da EPT. Para o alcance dos objetivos propostos, o trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica a partir dos referenciais já existentes sobre o tema. Identifica-se que, muitas vezes, os métodos avaliativos empregados nas escolas vão contra os princípios de uma educação democrática, que deveria promover inclusão, participação e equidade. Avaliações excludentes, classificatórias ou que não respeitam as diversidades acabam por restringir o acesso ao aprendizado em vez de promovê-lo e ampliá-lo. Sendo assim, diante de práticas avaliativas que não promovem uma educação democrática evidencia-se a urgência de transformações que alinhem os processos avaliativos aos ideais de uma escola inclusiva. Nesse sentido, entende-se que a avaliação da aprendizagem no contexto educacional e, especificamente, no âmbito da EPT deve ser um instrumento que auxilie os estudantes na promoção das aprendizagens, fomente o pensamento crítico, a autonomia e o aprendizado contínuo. O estudo evidencia a avaliação como um processo contínuo e sistemático, apontando que ela não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada. A concepção formativa da avaliação busca romper com as práticas tradicionais, promovendo um processo avaliativo centrado no diálogo, interação e na diversificação de instrumentos avaliativos que cumpram a finalidade de promover as aprendizagens.

Palavras-chave: avaliação; avaliação formativa; instrumentos de avaliação; Educação Profissional e Tecnológica.

^{1*} Bacharel em Administração de Empresas, Especialista em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional, Licencianda em Educação Profissional Tecnológica,

^{2**} Pedagogo, Especialista em Gestão, Coordenação e Orientação Educacional, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Brasília.

1. INTRODUÇÃO

Conforme o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) a educação é um direito de todos e dever do Estado. Como um direito social ela visa garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para o exercício da cidadania e qualificá-la para o trabalho. O disposto no artigo 205 da CF/88 transcende a simples garantia formal do acesso à educação exigindo ações concretas que promovam uma educação de qualidade para todos. Nesse contexto, a organização do trabalho pedagógico na escola é fundamental para que a educação alcance as suas finalidades e promova o desenvolvimento do indivíduo de maneira integral. Dentro dessa organização, a avaliação da aprendizagem emerge como um instrumento indispensável para verificar se os objetivos estão sendo alcançados, além de promover reflexões sobre práticas pedagógicas que promovam uma educação democrática, inclusiva e as aprendizagens dos sujeitos.

A avaliação representa uma prática imprescindível para alcance de uma ação docente adequada, eficaz e eficiente. Ela se constitui uma categoria do trabalho pedagógico integrada a todo fazer pedagógico. A atividade do ensino está intrinsecamente relacionada à avaliação.

Segundo Hoffman (2014, p.17), nas últimas décadas, educadores têm direcionado sua atenção para a dimensão social e política da avaliação, reconhecendo que, frequentemente, ela reflete práticas incompatíveis com os princípios de uma educação democrática. A autora destaca uma mudança na maneira de como a avaliação educacional tem sido percebida e discutida, que na dimensão social a avaliação não é neutra, ela está inserida em contextos sociais e políticos que influenciam suas práticas.

Nesse sentido, “é preciso um esforço coletivo para delinear as setas dos caminhos da avaliação educacional na direção do seu significado ético de contribuição à evolução da sociedade” (Hoffman 2014 p.18).

Pode-se perceber que muitas vezes, os métodos avaliativos empregados nas escolas vão contra os princípios de uma educação democrática, que deveria promover inclusão, participação e equidade. Avaliações excludentes, classificatórias

ou que não respeitam as diversidades podem restringir o acesso ao aprendizado em vez de ampliá-lo. A presença dessas práticas evidenciam a urgência de transformações que alinhem os processos avaliativos aos valores de justiça social e equidade e de promoção das aprendizagens.

Diante dessas reflexões iniciais, entende-se que a avaliação da aprendizagem no contexto educacional e, especificamente, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve ser um instrumento que auxilie os estudantes na promoção das aprendizagens, fomente o pensamento crítico, a autonomia e o aprendizado contínuo, sendo então necessária a adoção de uma concepção de avaliação que vá ao encontro desses objetivos. Nesse sentido, a concepção da avaliação para as aprendizagens/formativa torna-se relevante para o processo de ensino e aprendizagem, pois pode superar práticas avaliativas tradicionais, centradas em mensurações quantitativas e resultados finais e que limitam o potencial de diagnóstico e de intervenção pedagógica.

Nesse contexto, partindo dessas reflexões, o presente trabalho se propõe em discutir as possibilidades de uso de instrumentos avaliativos que podem potencializar a avaliação formativa no âmbito da EPT. O estudo busca responder a seguinte problemática: quais instrumentos avaliativos podem potencializar a avaliação formativa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

Partindo dessa problemática, o estudo possui os seguintes objetivos específicos: apresentar considerações em torno do ato de avaliar a aprendizagem, refletir sobre a avaliação no contexto da EPT e explicar instrumentos avaliativos que podem ser utilizados para avaliar a aprendizagem.

A proposta de pesquisa sobre essa temática tem como referência inicial o âmbito da própria formação ao longo do curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica (LEPT), a relação direta com a formação e a prática docente. Acredita-se que as reflexões apresentadas nesse estudo contribuirão significativamente para a qualificação das práticas avaliativas no contexto da EPT, direcionando olhares para uma abordagem mais humanizada do ensino e coerente ao projeto de escola pública que busca abarcar todos os sujeitos no processo educativo.

Para o alcance dos objetivos propostos, o trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica a partir dos referenciais já existentes sobre o tema. O uso dessa

abordagem possibilita o aprofundamento teórico, bem como a articulação entre diferentes perspectivas e conceitos, visando construir uma reflexão consistente para embasar as discussões apresentadas.

O trabalho que segue está estruturado da seguinte forma: num primeiro momento são apresentadas considerações sobre o ato de avaliar, em seguida, aborda-se a perspectiva dialógica e formativa da avaliação, e por último, considerações sobre o uso de instrumentos avaliativos que podem potencializar a avaliação formativa no âmbito da EPT.

2. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO ATO DE AVALIAR

“A avaliação é um processo contínuo e sistemático. Ela não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante e planejada”(Haydt, 2008, p.13). Tal afirmação traz à tona aspectos essenciais para a compreensão do papel da avaliação na educação, entre eles: a concepção de que o ato de avaliar não se resume a aplicação de provas ou testes esporádicos, mas sim a um processo planejado, constante e integrado a toda organização do trabalho pedagógico.

O caráter contínuo da avaliação se fundamenta na necessidade de acompanhar de forma permanente o progresso dos estudantes e também o desenvolvimento da ação pedagógica docente. Isso significa que o processo avaliativo deve ser implementado ao longo de todo o percurso educacional, permitindo a identificação de dificuldades, o reconhecimento de avanços e a promoção de ajustes necessários no processo de ensino-aprendizagem. Quando a avaliação é realizada apenas em momentos pontuais, como a aplicação de provas finais, perde-se a oportunidade de intervir de maneira eficaz para garantir o alcance dos objetivos de aprendizagem.

Por outro lado, o aspecto sistemático da avaliação requer um planejamento cuidadoso. O professor precisa definir objetivos claros, selecionar instrumentos adequados e estabelecer critérios de análise que garantam a fidedignidade e a validade dos resultados. Esse planejamento assegura que o processo avaliativo não seja improvisado ou arbitrário, mas sim alinhado com os propósitos educacionais e as reais necessidades dos estudantes.

Ademais, a avaliação contínua e sistemática contribui para a construção de um processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico e inclusivo. Quando os professores monitoram regularmente o progresso dos alunos, eles conseguem identificar barreiras ao aprendizado e oferecer suporte personalizado. Esse acompanhamento também fortalece a relação durante o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os resultados da avaliação informam não somente acerca das aprendizagens por parte dos estudantes, mas, também acerca da ação da própria prática pedagógica, possibilitando adequações em tempo hábil.

Cabe ainda destacar, que segundo Haydt, que a avaliação consiste essencialmente em verificar se os resultados desejados foram alcançados ou, mais precisamente, em verificar em que medida os objetivos esperados foram alcançados.

2.1 Avaliação Dialógica

A avaliação dialógica se fundamenta no princípio do diálogo como elemento central para a construção do conhecimento. Por meio dessa perspectiva, busca-se valorizar a participação ativa dos estudantes, promovendo a reflexão crítica e a autonomia. Este artigo explora as bases teóricas dessa abordagem, bem como seus desafios e perspectivas para a educação contemporânea.

Os modelos tradicionais de avaliação são amplamente criticados por sua natureza excludente e reducionista. Conforme Romão (1998), esses modelos frequentemente ignoram as especificidades individuais e os contextos sociais dos estudantes, privilegiando apenas resultados quantitativos. Além disso, eles tendem a reforçar desigualdades, especialmente em ambientes educacionais marcados por diversidades econômicas e culturais. Entre as limitações mais evidentes, destacam-se: o foco excessivo na memória e na reprodução de conteúdos, a negligência às competências socioemocionais, a falta de engajamento ativo dos estudantes no processo avaliativo.

A concepção dialógica da avaliação busca romper com as práticas tradicionais, promovendo um processo avaliativo centrado no diálogo e na interação. Essa abordagem reconhece o estudante como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, estimulando sua capacidade crítica e reflexiva. A figura abaixo ilustra os princípios que norteiam a avaliação dialógica.

Figura 01 - Princípios que norteiam a avaliação dialógica



Fonte: Elaborado pela autora a partir Romão (1998)

Acerca desses princípios, considera-se que:

- a) Participação ativa: o estudante contribui para a avaliação de seu próprio progresso, promovendo a corresponsabilidade. A ideia de participação ativa coloca o estudante como coautor do processo avaliativo. Ele não apenas recebe feedback, mas também reflete sobre seu desempenho, reconhece avanços e identifica áreas de melhoria. Essa corresponsabilidade promove autonomia, engajamento e um senso de pertencimento, incentivando o aluno a ser protagonista de sua aprendizagem;
- b) Diálogo constante: o diálogo é a base para a avaliação dialógica. O educador age como mediador, facilitando conversas abertas e construtivas. Essas interações permitem que os estudantes expressem dúvidas, compartilhem percepções e desenvolvam uma compreensão mais profunda de seu aprendizado, enquanto o professor ajusta estratégias pedagógicas conforme necessário;
- c) Foco no processo: prioriza-se a evolução e o aprendizado ao longo do tempo, em vez de resultados pontuais. Ao priorizar o aprendizado contínuo, a avaliação dialógica valoriza a trajetória de desenvolvimento do estudante em vez de enfatizar apenas resultados pontuais. Isso reduz a pressão por perfeição em momentos específicos, encorajando uma abordagem mais holística e reflexiva do aprendizado.

Diante disso, é importante destacar que para o campo da Educação Profissional e Tecnológica a avaliação dialógica representa uma abordagem inovadora e enriquecedora, pois promove um espaço de diálogo aberto, onde o estudante e o professor constroem juntos o entendimento sobre o processo de aprendizagem. Essa prática valoriza a troca de experiências, o feedback contínuo e

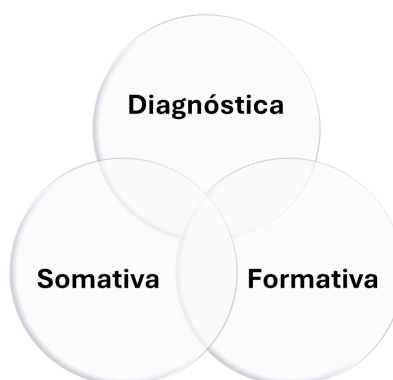
a reflexão crítica, tornando a avaliação uma ferramenta não apenas de mensuração, mas também de transformação e crescimento. Assim, a avaliação dialógica contribui para uma formação mais humanizada, participativa e alinhada às reais necessidades dos estudantes, fortalecendo o protagonismo e o desenvolvimento de competências essenciais para o mundo contemporâneo.

3. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A avaliação deve ser utilizada para acompanhar o progresso dos educandos, identificar suas dificuldades, necessidades e orientar o trabalho pedagógico. Deve ser utilizada com uma variedade de instrumentos e abordagens, que considerem a diversidade de habilidades, conhecimento e contextos dos educandos. Avaliar é um ato constitutivo da prática pedagógica. De acordo com Romão (1998, p.79) “mais importante do que constatar resultados, é tomar decisões a respeito do que deverá ser feito a seguir.” Essa visão reflete uma postura proativa na gestão educacional, onde os dados coletados são utilizados como base para decisões informadas, promovendo uma cultura de melhoria contínua e responsabilidade compartilhada entre educadores, alunos e gestores. Em síntese, Romão nos lembra que a verdadeira eficácia da avaliação reside na capacidade de transformar dados em ações concretas que impulsionam o progresso educacional.

No contexto educacional e, especialmente no âmbito da EPT (objeto desse estudo), a avaliação apresenta uma diversidade de funções e que podem ser utilizadas como elemento formador no processo ensino e aprendizagem. Entre as funções da avaliação, temos:

Figura 02 - Funções da Avaliação



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Luckesi (2008)

As funções da avaliação coexistem nas práticas escolares. Segundo Luckesi (2008), as funções da avaliação podem ser assim compreendidas:

- a) Função diagnóstica: ocorre no início do processo de ensino e aprendizagem, visando diagnosticar o conhecimento prévio dos educandos, suas habilidades, dificuldades e necessidades;
- b) Função formativa: acontece durante o processo de ensino e aprendizagem. Seu objetivo é acompanhar o progresso dos educandos em relação aos objetivos de aprendizagem estabelecidos. Fornece feedback contínuo dos alunos. A avaliação formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades (HAYDT, 1988: 17);
- c) Função Somativa: Essa avaliação ocorre ao final de um período de ensino ou unidade de estudo, com o intuito de verificar o quanto os educandos aprenderam durante o período. Ela geralmente assume o formato de teste, provas, trabalhos ou projetos finais.

Diante das funções da avaliação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem, compreende-se que a escolha de instrumentos de avaliação a serem empregados merecem uma dedicação especial, pois precisam ser coerentes com a proposta de avaliação que se pretende elaborar. De acordo com Suhr (2022), por mais competente que seja o docente, não é possível avaliar adequadamente o processo da turma e de cada educando sem a organização de um processo estruturado de avaliação, o que exige a definição de estratégias e instrumentos específicos para esse fim.

Nesse contexto, a adoção de estratégias e instrumentos avaliativos revela-se não apenas necessária, mas essencial para a efetividade do processo educativo, tendo em vista que, os instrumentos de avaliação devem ser compreendidos como meios que permitam que o educando expresse o que aprendeu, ao mesmo tempo que o docente avalie e reflita sobre a forma de condução do trabalho pedagógico assumida com a turma.

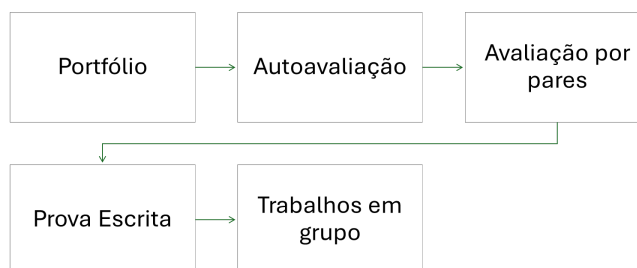
Diante do exposto é que concebemos a necessidade da adoção de práticas de avaliação formativa para alcançar os sujeitos em suas aprendizagens. A

avaliação formativa, “está muito ligada ao mecanismo de feedback, à medida que também permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, possibilitando reformulações no seu trabalho didático” (HADJI, 2001, p.18). É aquela que se utiliza de todos os meios e procedimentos possíveis para incluir o indivíduo no processo, ela parte da ideia de que todos são capazes de aprender e seu compromisso é, sobretudo, com as aprendizagens. Na perspectiva de Villas Boas (2004), ela busca identificar o que os estudantes já consolidaram e o que ainda não aprenderam de modo a interferir para que as aprendizagens aconteçam.

Falar da avaliação formativa no contexto escolar e, especificamente no campo da EPT, implica adotar diferentes instrumentos avaliativos para que ocorra a aprendizagem dos estudantes.

Sendo assim, apresentamos aqui algumas possibilidades de uso de instrumentos de avaliação que, se bem planejados e alinhados aos objetivos de aprendizagem, podem contribuir para o processo de aprendizagem na escola. Entre eles, destacamos: Portfólio, autoavaliação, avaliação por pares, prova escrita, trabalhos em grupo.

Figura 03 - Possibilidades de Uso de Instrumentos Avaliativos



Fonte: Diretrizes de Avaliação do IFB

Antes de descrevermos as possibilidades de uso de cada um dos instrumentos listados acima, é importante considerar que segundo Hadji (2001) não são os instrumentos que definem a função da avaliação, mas o uso que o professor faz deles. Nesse sentido, a depender da forma como são planejados e utilizados, os seguintes instrumentos podem potencializar processos de avaliação formativa no âmbito da sala de aula. A exemplificação toma como referência as Diretrizes de Avaliação do IFB que versam sobre a avaliação para as aprendizagens/formativa no contexto da EPT.

3.1 Portfólio

De acordo com as Diretrizes de Avaliação do IFB, o portfólio é uma ferramenta que possibilita ao estudante acompanhar seu próprio desenvolvimento, identificando avanços e dificuldades, e ao professor, compreender melhor o processo de aprendizagem de cada aluno. Essa prática favorece a construção de uma avaliação mais qualitativa e centrada no estudante. utilização do portfólio também está alinhada com a proposta de uma avaliação inclusiva e democrática, pois considera as singularidades de cada estudante e valoriza diferentes formas de expressão do conhecimento. Além disso, incentiva a responsabilidade e o protagonismo dos alunos em seu processo formativo. Em resumo, o portfólio, conforme orientado pelas diretrizes do IFB, é um instrumento que enriquece o processo avaliativo, promovendo uma aprendizagem mais significativa e reflexiva.

Segundo Suhr (2022), o portfólio pode ser entendido como um conjunto sistemático das produções do aluno, ao longo do tempo, que possibilita, documentar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e técnico do aluno, estimular a auto-reflexão deste sobre sua aprendizagem e permitir a mediação do docente, que avaliará não só o produto final, mas o processo formativo como um todo.

Para a autora, o portfólio valoriza a singularidade do percurso de aprendizagem e possibilita uma educação inclusiva, respeitando o tempo e o modo de aprender do aluno.

3.2 Autoavaliação

A autoavaliação é destacada nas Diretrizes de Avaliação do Instituto Federal de Brasília (IFB), 2019, como um instrumento essencial para promover a autonomia e a reflexão crítica dos estudantes. Segundo o documento, a autoavaliação permite que os estudantes se percebam como corresponsáveis por sua aprendizagem, analisando seu desempenho e identificando estratégias para aprimorar seu processo educativo.

Conforme as diretrizes, a autoavaliação deve ser conduzida com clareza dos objetivos educacionais e dos critérios de avaliação, evitando a atribuição de notas para que o foco permaneça na reflexão e no autoconhecimento. Ela pode ser

realizada de forma individual ou coletiva, oral ou escrita, adaptando-se às diferentes etapas e modalidades da educação escolar. Essa prática não apenas beneficia os estudantes, mas também oferece aos professores insights valiosos sobre a eficácia de suas estratégias pedagógicas, permitindo ajustes que favoreçam a consecução dos objetivos educacionais.

Em suma, a autoavaliação, conforme apontam as diretrizes do IFB, é uma ferramenta poderosa para fomentar a responsabilidade, a autonomia e o engajamento dos estudantes em seu processo de aprendizagem.

Diante do exposto, cabe ressaltar que autoavaliação é diferente de autonotação tendo em vista que, a autoavaliação é um processo reflexivo no qual o estudante analisa o próprio desempenho, aprendizado, atitudes ou progresso em relação a objetivos educacionais estabelecidos, enquanto a autonotação é a atribuição de uma nota numérica ou conceito pelo próprio estudante ao seu desempenho em uma atividade ou processo avaliativo. Com características quantitativas pois envolve uma medida objetiva, uma nota ou conceito.

3.3 Avaliação por pares

De acordo com as Diretrizes de Avaliação do Instituto Federal de Brasília, 2019, p.21, “avaliação por pares é uma prática pedagógica que envolve os estudantes no processo avaliativo, permitindo que avaliem e sejam avaliados por seus colegas”. Essa abordagem promove a reflexão crítica, o desenvolvimento da autonomia e a construção coletiva do conhecimento. Os pares avaliam colaborativamente a contribuição de um ao outro em projetos, atividades, discussões.

3.4 Prova Escrita

O instrumento de prova é, ao longo da história, o instrumento de avaliação mais conhecido no contexto escolar. Em muitos contextos, a prova é sinônimo de avaliação. Ela costuma assumir o papel de verificar a assimilação de conteúdos específicos e competências técnicas. No entanto, quando empregada de forma isolada e com foco exclusivamente classificatório, tende a reforçar práticas avaliativas excludentes e pouco dialógicas ou formativas.

De acordo com Romão (1998), a prova escrita tradicional, centrada na memorização e na hierarquização dos estudantes, contradiz a função pedagógica da avaliação, pois desconsidera os processos de aprendizagem e desenvolvimento.

Sobre a prova, Suhr (2022, p. 117) considera que “as provas são instrumentos de avaliação mais utilizados na escola, mas nem sempre elas são elaboradas com os devidos cuidados”.

Na perspectiva da avaliação formativa, a prova precisa ser ressignificada como um instrumento diagnóstico, que permita identificar fragilidades e potencialidades, acompanhar o percurso dos estudantes e favorecer a construção do conhecimento. Nesse sentido, a prova deve estar integrada a outros instrumentos e estratégias formativas, contribuindo para uma prática pedagógica mais dialógica, reflexiva e voltada para a autonomia dos sujeitos em formação.

Entende-se que a avaliação formativa não se caracteriza pela atribuição de notas resultantes da aplicação de provas ou pela ausência de provas, notas, conceitos ou menções. Nesse sentido, se o instrumento atende ao objetivo de promover aprendizagens, a prova não deve ser eliminada do processo formativo.

3.5 Trabalhos em grupo

Como instrumento avaliativo, os trabalhos em grupo potencializam o processo de ensino-aprendizagem ao estimular a colaboração, a resolução conjunta de problemas e a troca de saberes. Essa dinâmica permite ao docente avaliar não apenas o conteúdo assimilado, mas também habilidades como comunicação, responsabilidade e cooperação.

A avaliação da aprendizagem, enquanto prática essencial do processo educativo, tem sido constantemente debatida em busca de formas mais integradoras, justas e formativas. Dentro desse contexto, os trabalhos em grupo se apresentam como instrumentos potencializadores da avaliação, não apenas pela verificação do conteúdo aprendido, mas, sobretudo, por possibilitarem a observação de aspectos colaborativos, críticos e sociais do desenvolvimento dos educandos. Avaliar por meio de práticas coletivas significa ampliar a concepção de avaliação para além da dimensão individual e conteudista.

Ao promover o trabalho em grupo, o professor oferece oportunidades para que os estudantes construam conhecimentos de forma conjunta, compartilhem

saberes, exercitem a escuta e desenvolvam habilidades socioemocionais. Esse tipo de atividade permite ao docente observar como os alunos interagem entre si, como resolvem conflitos, como argumentam e como contribuem para a realização das tarefas coletivas, elementos fundamentais no desenvolvimento integral do sujeito. Assim, a avaliação deixa de ser um momento isolado para se tornar parte do processo formativo, em constante construção e reflexão.

Além disso, os trabalhos em grupo promovem o protagonismo estudantil, pois os educandos são desafiados a assumir responsabilidades dentro do grupo, tomar decisões em conjunto e gerir o tempo e os recursos disponíveis. Essa postura ativa e reflexiva estimula o desenvolvimento da autonomia e da corresponsabilidade — dimensões muitas vezes negligenciadas em modelos tradicionais de avaliação. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que o professor planeje com clareza os objetivos da atividade, estabeleça critérios transparentes de avaliação e acompanhe o processo, intervindo quando necessário.

Entende-se, portanto, que os trabalhos em grupo, quando bem estruturados e articulados a uma proposta pedagógica dialógica, representam uma estratégia valiosa para potencializar a avaliação da aprendizagem. Eles ampliam o olhar avaliativo, permitindo considerar tanto os resultados quanto os percursos formativos dos educandos. Nesse sentido, reafirma-se a importância de diversificar os instrumentos de avaliação, tornando-os mais coerentes com os princípios da educação crítica, inclusiva e significativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica apresentada aqui, explorou-se diversos instrumentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem, destacando suas características, com o objetivo de compreender e evidenciar o papel dos instrumentos no processo de avaliação da aprendizagem. Ao longo do estudo, foi possível identificar que, mais do que ferramentas de mensuração do desempenho, os instrumentos de avaliação, quando ancorados em uma perspectiva formativa, tornam-se mediações pedagógicas capazes de promover aprendizagens significativas, desenvolver a autonomia dos estudantes e fomentar práticas docentes reflexivas.

O estudo realizado demonstrou que instrumentos como a autoavaliação, a avaliação por pares, os portfólios, trabalho em grupo e prova escrita, alinhados aos objetivos de aprendizagem e uso formativo, destacam-se por sua capacidade de envolver os sujeitos no processo avaliativo, ampliando sua compreensão sobre o próprio percurso de aprendizagem. Esses instrumentos, quando utilizados com intencionalidade pedagógica e coerência com os princípios da avaliação formativa, investigam a qualidade do desempenho dos educandos e transformam-se em dispositivos de escuta, diálogo e reconstrução contínua do conhecimento.

Na EPT, onde o ensino está diretamente ligado à formação integral do sujeito, tais instrumentos ganham ainda mais relevância. Eles contribuem para articular teoria e prática, respeitando os saberes prévios dos educandos e valorizando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Além disso, se ancorados nos princípios da avaliação formativa, promovem um ambiente de aprendizagem mais democrático, no qual os estudantes deixam de ser apenas receptores de avaliações e passam a ser protagonistas do processo formativo.

Além disso, constatou-se que a adoção de práticas avaliativas com foco formativo exige do docente uma postura investigativa, sensível às singularidades dos estudantes e comprometida com a transformação do processo educativo. Isso implica também em mudanças institucionais e culturais que sustentem uma concepção de avaliação que vá além do viés classificatório, consolidando-se como uma prática mediadora da aprendizagem.

Contudo, para que esses instrumentos se consolidem como práticas efetivas, é necessário que haja formação continuada dos docentes, apoio institucional e uma mudança de paradigma no modo de compreender a avaliação: de um instrumento meramente classificatório para uma ação pedagógica voltada à aprendizagem.

Apesar dos avanços observados, reconhece-se que este estudo apresenta limitações. Por tratar-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, não foi possível verificar em campo a aplicação e os impactos desses instrumentos nos contextos das salas de aulas de EPT. Essa limitação abre espaço para futuras investigações, especialmente de cunho qualitativo e de campo, que possam observar diretamente as práticas avaliativas em instituições de educação profissional e tecnológica, considerando diferentes realidades regionais e socioculturais. Espera-se que este estudo contribua com novas reflexões e práticas no campo da avaliação

educacional, fortalecendo uma cultura avaliativa mais justa e comprometida com os processos de aprendizagem e com os sujeitos que dela participam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

HADJI, Charles. *Avaliação desmistificada/*; trad. Patrícia C. Ramos.- Porto Alegre: ARTMED. Editora, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). *Diretrizes de avaliação*. Brasília: IFB, 2019.

Luckesi, C.C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SUHR, Inge Renate Froes. *Avaliação escolar: desafios e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAS BOAS, B. M. de F. *Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico*. T* ed. Campinas SP: Papirus, 2004.